



Revisando paradigmas: Livro-reportagem e o compromisso com uma visão jornalística mais plural da realidade

Alexandre Zarate Maciel¹
Universidade Federal do Maranhão
Universidade Federal de Pernambuco

Heitor Costa Lima da Rocha²
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Fortemente influenciado pelo paradigma positivista ao longo de sua consolidação como instituição que se propõe a narrar o real, o jornalismo muitas vezes se ancora no porto aparentemente seguro da objetividade como se esta constituísse um instrumento mágico de acesso a uma verdade absoluta. Este artigo busca apontar, em paralelo a uma discussão teórica sobre a superação desse paradigma, em autores como Jürgen Habermas, Gaye Tuchman, Cremilda Medina e Edvaldo Pereira Lima, exemplos de jornalistas autores de livros-reportagens, como Fernando Morais, Zuenir Ventura e Klester Cavalcanti, que procuram aproximar-se de perspectivas mais construtivistas de interpretação do real. Ou seja, profissionais que, conscientes da falibilidade dos métodos, sentem-se parte do mundo da vida e demonstram compromisso com a busca da diversidade significativa de versões necessárias a um ambiente democrático.

Palavras-chave: jornalismo; jornalista-autor; construtivismo; universalismo; desafios.

1. Introdução: paradigmas como bússula

¹ Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz. Cursa, atualmente, o doutorado em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atua, principalmente, na área de Teoria do Jornalismo e as práticas jornalísticas, particularmente o livro-reportagem.

² Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Comunicação, orientador e coautor deste trabalho, com Pós-Doutorado pela Universidade da Beira Interior/Portugal.

O jornalismo, como instituição legitimada para interpretar a realidade, precisa constantemente buscar, no discurso dos seus produtores à comunidade de comunicação, um respaldo nos paradigmas científicos para explicar os seus procedimentos de reconhecer o que merece ser narrado e de que forma essa organização do real em linguagem deve ser efetivada. Até hoje ainda é comum perceber no discurso dos jornalistas e donos de mídia, os ranços do pensamento positivista, que colonizou por várias décadas a reflexão crítica e toda concepção teórica que reconhecesse o estatuto científico da comunicação como a dimensão da humanidade e do empoderamento da sociedade. A partir desta perspectiva empobrecedora, não seria possível ao jornalismo auxiliar no processo de ressignificação dos conteúdos existentes na ordem institucional estabelecida e empreender a mudança social, com a gradativa emancipação dos mecanismos de dominação, repressão e violência simbólica.

A grande maquinaria de ideologia epistêmica, colocada em ação pelo positivismo e que está entranhada no discurso tradicional do jornalismo, estava baseada numa epistemologia primária. Fetichizada pela ideia do acesso à verdade absoluta das leis de causa e efeito universais, com a utilização asséptica de métodos de “espelhar” o real. Contudo, com a guinada linguística/pragmática, a linguagem passou a ser reconhecida como o *locus* onde a razão se expressa e o que distingue a humanidade da natureza. Essa perspectiva permitiu, também, uma visão mais arejada da profissão apontada por pesquisadores da Teoria do Jornalismo, com o *newsmaking*, e mesmo por profissionais jornalistas que desafiam a Teoria do Espelho, ou da verdade como correspondência.

O propósito deste artigo é debater, utilizando como exemplo os profissionais brasileiros autores de livros-reportagem, como o jornalismo pode superar o discurso entranhado da “objetividade” e da “imparcialidade” e o privilégio às fontes poderosas tomando por base, mesmo que de forma empírica, o paradigma contrutivista. Ou seja, um modelo de jornalismo que reconhece a importância do conhecimento compartilhado pela comunidade de comunicação no mundo da vida. Longe da pretensão da “verdade absoluta”, atento à consciência falibilista e à necessidade da constante auto-análise das práticas profissionais.

Ao longo do texto, o debate sobre a consolidação de modelos mais pluralistas e emancipadores para o jornalismo se dará com a confluência de três frentes. Por um lado,

o pensamento de Jürgen Habermas, que desafia a pretensão do pensamento positivista com sua proposta de um discurso ético universalista. Em paralelo, as perspectivas de pesquisadores do Jornalismo, como Gaye Tuchman, Miguel Alsina e Cremilda Medina, que tanto condenam as visões tradicionais da profissão, quanto provocam os jornalistas no sentido de repensar as suas práticas como membros de uma instituição legitimada para interpretar o real. Iluminam o debate, ainda, autores que estudaram o potencial mais libertário dos livros-reportagem, como Edvaldo Pereira Lima e Rogé Ferreira.

2- Da pressa da redação para a reflexão dos livros

Permanece na concepção jornalística da objetividade a mesma dificuldade encontrada pela presunção da ideologia de ciência positivista de atribuir-lhe a capacidade de verificar a propriedade última das pretensões de validade, como se constituindo num instrumento mágico de acesso à verdade absoluta. Segundo Tuchman (1983, p. 75), salientando a inconsistência lógica da aplicação do conceito mitificado de objetividade na produção da notícia, “os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”.

Portanto, resta ao jornalista o recurso de reivindicar a objetividade citando procedimentos que seguiu e que exemplificam os atributos formais de uma notícia ou de um jornal. Principalmente a citação de outras pessoas para evitar a explicitação de suas próprias opiniões, constituindo a “objetividade” como um ritual estratégico para esconjurar os riscos da profissão. Desta maneira, para os jornalistas, como para os cientistas sociais, a “objetividade” funciona como proteção contra eventuais críticas decorrentes de uma controversa apresentação dos “fatos”.

Porém, ao contrário dos cientistas sociais, os jornalistas têm um tempo e repertório limitados para definir e defender a sua objetividade. Enquanto o cientista social se ocupa da análise epistemológica reflexiva por um período extenso, o jornalista tem que tomar decisões imediatas relativamente à validade, fiabilidade e “verdade” a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza da sua tarefa – o processamento de infor-

mação que se dá pelo nome de notícia. Um produto feito diariamente no jornalismo impresso, ou em várias edições diárias no radiojornalismo e no telejornalismo, ou até em “tempo real”, no caso do webjornalismo.

Tuchman (1983, p. 229), percebe que os profissionais de informação apresentam várias justificativas para explicar sua “incapacidade de tratar com a inovação”. Elencam, portanto, “compulsões e recursos”, como a “pressão de trabalho, a onipresença dos limites finais e a luta por apresentar relatos fáticos dos acontecimentos”, além da necessidade de tipificar suas fontes. Tuchman (1983, p. 229), na condição de socióloga que mergulhou nas redações para entender o comportamento dos jornalistas, sente-se à vontade para tirá-los da sua zona de conforto: Para agir de forma diferenciada, os profissionais da informação teriam que “questionar as premissas mesmas da rede de notícias e suas próprias práticas de rotina. Teriam que conhecer as limitações inerentes às formas narrativas que estão associadas com a trama de faticidade”.

Contando com a vantagem de não precisar estar atrelado à rotina produtiva de uma redação, em tese com mais tempo para trabalhar os procedimentos de captação do real, como a entrevista e a investigação de fontes documentais, o jornalista que opta pela produção de livros-reportagem tem condições de adotar uma postura mais paciente, humanizada e plural a respeito da realidade que procura narrar. Tratando desse produto, Lima (2009, p. 131) acredita que, ao contrário do jornalismo cotidiano, o livro-reportagem pode superar a “visão reduzida do cartesianismo” e, não deixando de abordar o real nem se confundindo com a ficção, negar que “o real seja apenas sua porção mais aparente, visível, concreta, material”. E lança o desafio: “Por que não deveria encontrar os pontos de confluência entre o real visível e aquele menos tangível que se insinua camuflado, tímido e fugidio, por detrás dos acontecimentos concretos?”.

A análise de dois prefácios de livros-reportagens clássicos brasileiros permite compreender as diferenças do tratamento da informação no jornalismo diário e no livro-reportagem. O primeiro deles, “Transamazônica”, lançado em 1970, é resultado de uma grande-reportagem desmistificando a estrada, megaprojeto do regime militar, assinada por Fernando Morais e Ricardo Contijo e lançada em série nos jornais “O Estado de S. Paulo” e “Jornal da Tarde”, em julho e agosto daquele mesmo ano. Fernando Portela,

que era então editor de reportagens desta última publicação, tenta simular, no texto do prefácio, toda a engenharia jornalística necessária para esse tipo de cobertura.

Como se estivesse transmitindo a missão para os jornalistas, Portela (1970, p. 9) começa conclamando: “Atenção, repórteres. Vocês estão escalados para uma viagem muito especial, o melhor assunto do ano: a Transamazônica. Vocês devem seguir o traçado original da estrada, até onde for possível”. Em seguida, recomenda que eles ouçam “governadores, ministros, flagelados, nordestinos, sertanistas, empreiteiros, economistas, traficantes de ouro e pedras preciosas. Vocês devem contar tudo sobre a estrada e o que ela representa para o Brasil” (PORTELA, 1970, p. 9).

Mais adiante, Portela (1970, p. 10) explica como os aventureiros retornaram da empreitada. “A redação os recebeu com muitos abraços. Barbudos, magros, preocupados com os 5.269 quilômetros de Transamazônica que teriam de passar para o papel. Vários cadernos de anotações, enormes pastas de estudos e relatórios oficiais. Quase mil fotos”. E, mais uma vez, Portela, como editor, tenta passar para o leitor a ideia da rotina produtiva incessante: “- Depressa, depressa. O maior problema era escrever um texto agradável, sobretudo para as matérias de análise e estatística”.

O editor traça, ainda, um comentário curioso: “E, como são repórteres, não basta passar fome, ser preso ou arriscar a vida. Precisam, além de descrever bem a experiência, tornar inteligível para o leitor comum, por exemplo, um monótono relatório do Ministério dos Transportes” (PORTELA, 1970, p. 10). Ao final do prefácio, não consegue fugir da visão positivista da profissão, ao considerar que, lendo a série de reportagens, o leitor não poderia ter dúvidas, fazer perguntas. Também exorta que os repórteres deveriam “esquecer, no caso, sua posição pessoal com relação ao projeto da estrada: não defender o governo nem os seus críticos”. E ainda tece considerações sobre o receptor: “O leitor, muito exigente no seu confortável ato de ler, precisa saber tudo sobre o assunto e, ele próprio, tirar suas conclusões” (PORTELA, 1970, p. 10).

Percebe-se, claramente, nesse discurso, uma crença no repórter que consegue pairar sobre a realidade, mesmo a mais recolhida nos recônditos do Brasil e apresentar uma verdade incontestável baseada em dados, números, fatos e fotos. O primeiro livro de Moraes esgotou várias edições na época, mas era apenas um mero exercício de transposição de uma reportagem produzida no calor das redações para outro formato. Anos

depois, o jornalista adotaria outros procedimentos mais aprofundados de captação do real, com mais paciência e autocrítica, que resultaram em obras de grande sucesso.

Em “Olga”, por exemplo, seu *best-seller*, Morais escreve uma apresentação da obra que já indica como o processo de produção de reportagens especificamente para o formato livro, sem a maquinaria do jornalismo diário, permite uma reflexão mais acurada a respeito dos saberes de reconhecimento e procedimento da profissão. Admitindo para o leitor que o livro pode ter incorreções nas verdades que apresenta, Morais (1993, p. 10) conta que ele próprio chegou a “avançar investigações a partir de versões aparentemente verdadeiras, mas que depois seriam desmentidas por novas pesquisas ou entrevistas”. Livre das linhas editoriais, Morais (1993, p. 11) vai além, demonstrando uma perspectiva de falibilidade com relação à verdade: “E houve, ainda, situações em que, colocado diante de versões contraditórias sobre determinado episódio, fui levado por investigações e evidências a optar por uma delas”.

Para Charaudeau (2006, p. 151), o “universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção”. Ele explica que isso se dá, pois o acontecimento não se apresenta plenamente captável e pronto para ser narrado, ou “espelhado” em um estado bruto. Justamente porque, “antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos”. Desta forma, a mídia apresenta uma visão de mundo “previamente articulada”, mas envolvida em um discurso de “visão natural do mundo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 151).

Outro texto escrito em forma de posfácio por um editor de jornal, Marcos Sá Corrêa, permite entender a gênese de uma grande cobertura e a sua ampliação posterior para as fronteiras menos limitadas do livro-reportagem. A ideia do livro “Chico Mendes: crime e castigo” só se concretizou anos depois das reportagens originais, publicadas em série no *Jornal do Brasil*, no ano de 1989 e assinadas pelo jornalista já veterano, Zuenir Ventura. Sá Corrêa (2003, p. 239), comenta o impacto e a angústia que o assassinato do líder ambientalista Chico Mendes causou na redação tão distante, no Rio de Janeiro:

“Mas, reconhecer à primeira vista um caso extraordinário não é uma garantia de compreendê-lo. O Acre fica longe. E antes de Chico Mendes parecia ainda mais remoto”.

Como poucos repórteres brasileiros tinham se arriscado até então a desbravar a Amazônia, o editor percebeu que, de longe, sem um repórter mergulhando naquele mundo da vida tão complexo e diferenciado, não seria possível compreender o real significado daquele assassinato. “O fato é que semanas depois [do assassinato de Chico Mendes] estávamos chapinhando num lamaçal de versões contraditórias e fontes suspeitas, cheias de opinião e vazios de informação, quando Flávio Pinheiro, outro editor-adjunto, teve a ideia curativa: ‘Será que o Zuenir topa ir até lá para contar o que está acontecendo?’”(SÁ CORRÊA, 2003, p. 239). Pesou a força da experiência de um jornalista que já tinha passado, até então, por praticamente todas as redações importantes do Brasil e, até por isso, adquirido mais liberdade editorial.

Após comentar que Zuenir “topou, com meia dúzia de piadas, como é de seu estilo”, Sá Corrêa (2003, p. 239) analisa como lhe pareceu o trabalho do repórter. Zuenir foi ao Acre para ficar quatro ou cinco dias e ficou um mês. “Ao voltar, não trazia só a reportagem que no fim do ano levaria o prêmio Esso. Trouxe mais. Trouxe um modelo de cobertura jornalística que, sem ter uma linha de isenção, conseguia mostrar todos os lados de uma história que, no fundo, tinha um lado só”. O editor se refere ao fato de Zuenir se colocar em primeira pessoa na narrativa, demonstrando seu estranhamento e tentativa de aclimação a uma realidade exótica como a da violência na Amazônia.

Demonstrando um entendimento da diferença do trabalho de reportagem para jornal e o maior cuidado de preparação de um livro, Ventura (2003, p. 10) conta, em seu prefácio, que preferiu não aceitar convites de editores para publicar imediatamente em uma obra aquelas reportagens: “Eu é que quis dar tempo ao tempo. Temia que um assunto como esse, que mobilizou tantas paixões e repercutiu no mundo todo, pudesse ser daqueles que despertam interesse intenso mais passageiro, esgotando-se no calor da hora sem merecer a permanência de um livro”.

Mas, passados 15 anos do assassinato, Zuenir Ventura foi convencido que, agora sim, era possível, com o distanciamento do tempo e a superação do calor dos acontecimentos imediatos, oferecer um material bem mais profundo para os seus leitores. Mas, não se limitou a republicar as reportagens originais. Acrescentou ao livro mais dois ca-

pítulos, sendo um com o relato da cobertura, também presencial, do julgamento dos assassinos de Chico Mendes, em 1990 e, outro, chamado de “Quinze anos depois”, no qual relata aos leitores as impressões de sua quarta viagem à região, revisitando personagens. Tecendo conclusões sobre a experiência por completo, Ventura (2003, p. 11), considera que “a experiência profissional e existencial que resultou nesta série de reportagens me ensinou muito do Brasil, do Acre e de como, até já velho, a gente aprende no jornalismo”. Tudo, para então concluir, em uma perspectiva construcionista do seu fazer jornalístico: “Não existe repórter pronto. Ele é um processo, uma construção, uma obra imperfeita, inacabada”. Como considera outro autor que estudou livros-reportagem, Rogé Ferreira (2004, p. 378), o conhecimento exposto nestas obras “é mais disponível, seja em bibliotecas ou por reedições, mais denso e permanente, também nesse sentido de capturar as motivações, os envolvimento, a vida por trás da simples notícia”.

3- Livros corajosos: a experiência da coleção História Imediata

Diante dos desafios enfrentados pela contemporaneidade em busca de uma sociedade com padrões de convivência social com menores níveis de conflito e violência, maior sentimento de pertencimento e sentido, a Teoria do Agir Comunicativo e as discussões sobre o compromisso da ética do discurso de Jürgen Habermas (2012) são essenciais para compreender a proposta diferenciada do livro-reportagem. Trata-se de um modelo de análise da realidade social concernente com as demandas contrafactuais, ao se evidenciar como capaz de identificar e explicar a escassez de sentido produzido pelas tendências anômicas, apontando os princípios do agir comunicativo como essenciais à solidariedade imprescindível à construção de um mundo mais humano e justo.

O ser humano tem competência para realizar essa idealização de suas condições de vida, tematizando, problematizando e, algumas vezes, ressignificando intersubjetivamente os consensos estabelecidos. Daí a possibilidade de transcendência, de aprendizagem, de um processo coletivo que, gradativamente, vai criando espaços de emancipação de tutelas, de assunção de responsabilidade e autonomia, promovendo um empoderamento crescente da comunidade e sua cidadania ativa. O jornalismo se apresenta como

um elemento essencial nesse processo, já que, segundo Rodrigo Alsina (2009, p. 304), toma por base um “mundo real”, que seria o dos “fatos, dos acontecimentos” e passa pelo crivo da instituição jornalística ou do jornalista-autor individual, no caso do livro-reportagem, que adota um “modelo interpretativo a partir de um mundo de referência”. Por fim, esse mundo de referência “vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade escrita” (ALSINA, 2009, p. 304).

Alsina não se furta a recomendar aos jornalistas: “Uma boa aptidão quer dizer melhorar permanentemente sua formação profissional. A realidade cada dia é mais complexa e precisa de profissionais melhor preparados, esse é o desafio. Mas também é necessária uma boa atitude no interesse e no respeito com a realidade interpretada” (ALSINA, 2009, p. 290). Sempre pensando o jornalismo em termos de um contrato, no entanto, Alsina também reforça o papel dos leitores, “que deverão mudar a visão que têm sobre a informação jornalística”. Essa mudança, segundo Alsina (2009, p. 291), passa pela consciência de que os meios de comunicação não são “tabeliões da realidade social, são intérpretes”. E também pelo estímulo a um leitor crítico, que sabe interpretar a notícia. “Ele compreende o que as notícias dizem e sabe por que e como as informações garantem o que garantem” (ALSINA, 2009, p. 292).

Se em uma sociedade democrática como a vivenciada pelos brasileiros atualmente esse contrato do jornalismo com o público é bastante controverso, é possível se imaginar como surpreendeu, em 1978, a proposta da editora Alfa-Omega de lançar uma série de cinco livros-reportagens em banca de revistas, tratando de temas ainda tabus para o regime militar vigente, como a “Guerrilha do Araguaia”, no número 1. Deixando claro para os seus leitores os elementos do contrato que estavam estabelecendo com eles, os editores anunciavam, na contracapa da publicação, seus propósitos: “Agora você pode saber, com todos os detalhes, como é que aconteceram todos aqueles fatos que a censura escondeu dos brasileiros durante tanto tempo”. E classifica seus repórteres não necessariamente pelo prisma sagrado da imparcialidade: “História Imediata analisa a história recente do país, dá a palavra aos repórteres que têm um compromisso com a democracia e com a liberdade de imprensa”.

No prefácio do número sobre a Guerrilha do Araguaia, que pela primeira vez era exposta de forma tão aprofundada em um órgão de imprensa e foi um sucesso de ven-

das, esgotando uma edição de 25 mil exemplares, o então professor da USP José de Souza Martins também elogia a postura dos jornalistas-autores da obra coletiva, Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchuck. “Nessa orientação é que pode ser situado esse trabalho jornalístico. Seus autores procuram resgatar do *nada* da censura o *tudo* da História, já que os censores se incumbiram de impedir que a imprensa desse a conhecer o que vinha acontecendo no Norte do país” (SOUZA MARTINS, 1978, p. 7). Para o professor Martins (1978, p. 6), os jornalistas adotaram uma postura política crucial, já que “transformaram-se em correspondentes de guerra – sem convite nem credenciais – para resgatar do silêncio, que acoberta mas não redime, os detalhes do acontecimento que nos afetou a todos, embora a imensa maioria de nós brasileiros não tivesse a mínima ideia do que ocorria”.

No número 2 da coleção História Imediata, “A greve na voz dos trabalhadores: de Scania a Itu”, os autores, que assinam como membros da Cooperativa de Jornalismo Oboré, foram mais ousados. Deixaram que a história das greves nas montadoras, que ajudaram a abalar o poder das multinacionais e do governo militar brasileiro, fosse contada pelos próprios líderes grevistas, em uma justaposição hábil de depoimentos ao longo do livro. Como os editores explicam no prefácio, assinado pela Oboré, “o que, quando, onde e porque, a fórmula clássica da indagação jornalística foi apresentada, neste caso, aos próprios operários, aos que constroem este país, mas que também sabem cruzar os braços quando sua existência e dignidade estão em jogo” (OBORÉ, 1979, p. 5).

Os editores, assinando como Oboré (1979, p. 5) informam que o trabalho de elaboração do livro-reportagem consumiu quatro meses: “ouvindo dezenas e dezenas de trabalhadores, milhares de páginas datilografadas com seus depoimentos, um exaustivo e criterioso trabalho de seleção e síntese produziram este retrato, certamente incompleto, do que se passou dentro das fábricas de maio a junho de 1978”. E encerram a apresentação da obra com uma constatação bem distante da pretensão da verdade como correspondência: “Nós os que produzimos esta reportagem – não somos mais os mesmos, depois que tomamos contato com esses trabalhadores e sua luta e, para nossa alegria, constatamos que o Povo Brasileiro também já não é mais o mesmo de antes da greve”.

Analisando livros desse tipo, em que a voz é totalmente aberta para os personagens e seus depoimentos orais, que passam por um tratamento e ordenamento jornalísticos,

Rogé Ferreira (2004, p. 406) considera que este tipo de obra busca a “objetivação/formalização da subjetividade alheia, procurando na medida do possível falar ‘junto com o outro’ e não por ele”. O pesquisador acredita que livros como o da Alfa-Omega e outros, que se enquadrariam em uma categoria de denúncia, “revelam muito mais do que simplesmente aquilo que a grande imprensa deixa de noticiar”. Vão além, em suas propostas: “constroem solidamente novas identidades, novas histórias e realidades, conseguindo abrir caminhos para evidenciar as relações de produção por trás dos objetos e fatos do chamado mundo ‘natural’” (ROGÉ FERREIRA, 2004, p. 392)

4- Experiências contemporâneas: jornalistas no mundo da vida

Medina (2014, p. 75) considera que o repórter deve entender a rua “como espaço de cruzamentos coletivos”. Portanto, consciente de que está inserido no mundo da vida, deve perceber o cidadão que encara como personagem de um mundo de referência como alguém que “narra na cultura que lhe dá identidade comunitária”. Portanto, o repórter transita em um *locus* “onde se mobilizam os sentidos para a observação e a escuta dos parceiros da contemporaneidade”.

Para a pesquisadora, o jornalista deve reportar os “movimentos da cidadania” e estar atento ao “protagonismo dos sujeitos, o contexto coletivo em que estão inseridos, as raízes histórico-culturais que os particularizam”, constituindo, assim, “a *arte de tecer o presente*, em que se criam as *narrativas da contemporaneidade*” (MEDINA, 2014, p. 75). Deve estar consciente, ainda, de que, como “autor de uma narrativa da contemporaneidade recodifica o real imediato”, devendo procurar, portanto, uma “cosmovisão”.

Dos autores contemporâneos de livros-reportagem, Klester Cavalcanti é um dos que mais parece consciente desse papel do jornalista-narrador inserido no mundo da vida. A começar pela opção que adota em suas obras de buscar entender as problemáticas brasileiras a partir dos oprimidos. Klester denunciou as mortes em conflito de terras em “Viúvas da Terra”, tentou entender a mente de um assassino de aluguel em “O nome da Morte” e, em seu livro mais recente, “A dama da liberdade”, acompanha o trabalho de Marinalva Dantas, que por dez anos esteve à frente do grupo do Governo Federal que ajudou a libertar mais de dois mil trabalhadores escravos em pleno século XXI.

No prefácio de “A dama da Liberdade”, o cineasta Fernando Meirelles (2015, p. 15) considera que, mais que um repórter, Klester Cavalcanti é um sobrevivente: “Parece que ele nunca termina um livro. Sobrevive a cada um deles. Klester deve ter algum tipo de compulsão ou distúrbio que o leva, a cada livro que escreve, a situações mais extremas, sempre com o objetivo de relatar para quem o lê, no conforto de seus sofás, uma espécie de lado B do mundo”. Com olhar de cineasta, Meirelles percebe que os livros de Klester não são apenas “reportagens de uma situação”, pois também trazem “personagens carismáticos, que, sem deixar de ser tridimensionais e humanos, nos colocam dentro do mundo apresentado, fazendo com que a leitura se assemelhe, às vezes, a uma ficção” (MEIRELLES, 2015, p. 16).

O próprio Klester Cavalcanti (2004, p. 15) ao apresentar o seu livro “Viúvas da Terra”, sobre conflitos agrários no interior do Brasil, explica que teve a ideia de tratar do tema ao perceber na imprensa cotidiana, muitas matérias sem criação de contextos mais significativos e com fontes oficiais como a polícia, a respeito de “assassinatos de agricultores nos grotões paraenses exterminados por pistoleiros contratados por fazendeiros, madeireiros, políticos ou empresários da região”.

Resolveu, então, construir uma obra ouvindo a versão das famílias que perderam esses lavradores, atento a questões mais amplas e complexas que estavam praticamente esquecidas na cobertura tradicional: “Qual a verdadeira dimensão desse problema? Quem eram, de fato, os homens assassinados? A quem interessavam esses crimes? Como esses homicídios eram investigados? O que acontecia aos pistoleiros e aos mandantes dos crimes? Como ficavam as famílias que perdiam seus chefes e mantenedores?” (CAVALCANTI, 2004, p. 15). Além de procurar um amplo leque de fontes para entender essas problemáticas, Klester investiu em uma narrativa cinematográfica, que traz o leitor para dentro da realidade narrada, quase como em um documentário ou docudrama.

Outra postura adotada por Klester que se mostra aberta à riqueza de um personagem que seria, talvez, condenado previamente na rotina de uma editoria de Polícia tradicional, aconteceu durante a produção do livro “O nome da morte - a história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas”. No texto introdutório escrito pelo autor, Cavalcanti (2006) explica que foram necessários sete anos de conversas para que o assassino de aluguel autorizasse a colocar o seu nome verdadeiro no livro.

Os contatos começaram em 1999 e prosseguiram, na média de uma conversa mensal, a princípio telefônicas e mais tarde presenciais. A intenção era buscar entender um assassino profissional que, em 35 anos, matou quase 500 pessoas. Mortes registradas em um caderno, com “data, local do crime, quanto ele recebeu pelo serviço e, o mais importante, os nomes dos mandantes e das vítimas” (CAVALCANTI, 2006, p.13). Como assumiu uma postura de não julgar previamente o seu entrevistado, Cavalcanti exercitou a fusão de horizontes, confrontando seus preconceitos e derrubando-os à medida que foi conhecendo melhor o seu personagem.

Ao analisar os potenciais da reportagem em forma de livro, Bulhões (2006, p. 201) salienta que “cumprir à aventura do repórter atravessar o limiar que busca compreender uma lógica que nos escapa”. A observação da realidade *in loco* é essencial para entender os seus contornos. “Assim, o jornalismo afia suas armas pontiagudas para a amostragem dos contornos sociopolíticos deprimentes do país, dando ênfase às circunstâncias catastróficas e irrecusáveis de nosso quadro social”. Aliando rigor na apuração de temas muitas vezes ocultos, dando voz aos oprimidos e com uma narrativa fluente, que descreve ambientes, personagens e ação, Klester Cavalcanti aceita os pactos dessa aventura.

5- Elementos conclusivos: discurso democrático

O jornalista-autor de livros-reportagem aparece neste artigo como um experimentador de caminhos para um jornalismo mais plural e intersubjetivo. Ao longo do texto foram apontados exemplos de profissionais que optaram pelo processo de produção de jornalismo em livros, menos marcado pelas pressões político-econômicas, rotinas produtivas maquínicas, ou a lógica muitas vezes míope dos valores-notícia. Os pré e pós-textuais dos livros citados comprovam como esses escritores encaram seus procedimentos como um contrato social menos engessado com os seus leitores.

Assim, dentro desse contexto intersubjetivo, o que se concebe como razão e verdade deixa de ser restrito ao âmbito individual do sujeito transcendental (mentalismo), para ser construído no espaço coletivo da intersubjetividade como noções provisórias, jamais concluídas. Como seres em processo, estamos sempre retematizando os consensos sociais, sobre o que se acredita como real, como um dissenso continuado, sob a perspectiva

da “coação da realidade” (HABERMAS, 1987, p. 119-120), pressões exercidas pelo que desconhecemos no espectro existente entre a nossa representação e a própria realidade. Em seu trabalho o jornalista precisa ter sempre esse norte, essa bússula, como marco. Mas esse é o papel também a ser desempenhado pelo leitor crítico da mídia em geral.

Compreendendo o mundo da vida, na perspectiva de Schutz, entendemos a realidade que nos cerca como um território de evidências e de significados comuns intersubjetivamente partilhados. Para compreensão dos diferentes âmbitos de significado finito em que o mundo se estratifica, é imprescindível a comunicação, e, particularmente, a mídia jornalística como interpretadora da realidade. É por meio dela que superamos, na vida cotidiana, a experiência da transcendência dos outros, das experiências do mundo que lhe são próprias. O autor de livros-reportagem tem condições, por sua vez, de propor um contrato aos seus leitores, mais aprofundado e amplo que a mídia cotidiana, devido às suas condições de produção, para uma compreensão mútua de um mundo complexo.

A universalização pressuposta nos consensos, que deve ser uma busca constante da instituição jornalística, por sua vez, não será nunca uma realização plena, mas um ideal de aproximação. O falibilismo não permite imaginar produtos humanos perfeitos, válidos para todas as pessoas, em todos os lugares e em todos os tempos. Porém, Habermas pondera sobre a capacidade do ser humano de verificar as pretensões de validade relativas ao mundo social. Neste caso, o fato de um valor, um princípio, uma norma e mesmo uma lei existirem de fato não implica na sua legitimação, uma vez que é preciso que se mostrem corretos e justos. O autor de livros-reportagem, ao avaliar os acontecimentos e os personagens com a distância do tempo, deve apostar na diversidade significativa de versões imprescindíveis para o mundo democrático.

Referências

- BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ética, 2006.
- CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. São Paulo: Editora Planeta, 2004.
- _____, Klester. **O nome da morte**. São Paulo: Editora Planeta, 2006.

- _____, Klester. **A dama da liberdade**. São Paulo: Benvirá, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. **A guerrilha do Araguaia**. Coleção História Imediata, volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. **Teoria do Agir comunicativo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: livro-reportagem como extensão do jornalismo**. São Paulo: editora Manole. 4ª edição, 2009.
- MEDINA, Cremilda. **Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter**. São Paulo: Summus, 2014.
- MEIRELLES, Fernando. Prefácio. In: **A dama da liberdade**. São Paulo: Benvirá, 2015.
- MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OBORÉ. **A Greve na voz dos trabalhadores – da Scania a Itu**. Coleção História Imediata, volume 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1979
- PORTELA, Fernando. Atenção. In: MORAIS, Fernando; CONTIJO, Ricardo; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica**. São Paulo: editora Brasiliense, 1970.
- RODRIGO ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ROGÉ FERREIRA JR., Carlos Antonio. **Literatura e Jornalismo, práticas políticas: Discursos e Contra-discursos, o Novo Jornalismo, o Romance-reportagem e os Livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SÁ CORRÊA, Marcos. Mais atual do que nunca (posfácio). In: VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes: crime e castigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SOUZA MARTINS, José de. O Araguaia vai ferver! (profecia do Padre Cícero) (prefácio). In: DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. **A guerrilha do Araguaia**. Coleção História Imediata, volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli S.A., 1983.
- VENTURA, Zuenir. Uma longa história (introdução). In: VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes: crime e castigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
-